



PROVA OBJETIVA PARA O CARGO DE
TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS
Nível E

INSTRUÇÕES:

- . Você está recebendo do fiscal:
 - Um **caderno composto de 70 (setenta) questões** de múltipla escolha;
 - Uma **Folha de Resposta definitiva**.
- . Após autorização do fiscal de sala, verifique se as questões de 1 a 70 possuem 05 (cinco) alternativas precedidas das letras "a", "b", "c", "d" e "e".
- . Será anulada a resposta da questão que tiver emenda ou rasura, ou mais de uma opção assinalada.
- . No caso de constatar alguma falha comunique, imediatamente, ao fiscal. Não será aceita qualquer reclamação posterior.
- . A prova terá a duração de **04 (quatro) horas**.
- . Utilize caneta esferográfica de tinta preta e corpo em material transparente para responder e assinar a Folha de Respostas.
- . Nenhum tipo de material para consulta poderá ser utilizado durante a prova.
- . Os fiscais de sala não estão autorizados a prestar qualquer esclarecimento sobre a resolução das questões.
- . Confira os seus dados, assine o local indicado e assinale as questões. **Não dobre e não amasse a Folha de Respostas. NÃO HAVERÁ SUBSTITUIÇÃO DA FOLHA DE RESPOSTAS.**
- . Após terminar o preenchimento da Folha de Respostas entregue-a ao fiscal de sala.
- . Somente após decorridas **DUAS HORAS do início da prova**, o candidato poderá entregar sua folha de respostas e retirar-se definitivamente da sala e do local de provas. O candidato que insistir em sair da sala de provas, descumprindo o aqui disposto, deverá assinar o **Termo de Ocorrência**, declarando sua desistência do Concurso Público, que caracterizará sua eliminação do certame. Na recusa do mesmo, serão convocados dois candidatos para assinarem o termo na qualidade de testemunhas.
- . Somente será permitido levar o Caderno de Questões faltando 01 (uma) hora para o término das provas.
- . Os dois últimos candidatos só poderão deixar a sala de prova juntos e, após as respectivas assinaturas em ata.
- . O gabarito oficial preliminar será publicado no site **progesp.ufrr.br** até o segundo dia útil após a realização das provas.

CANDIDATO:

INSCRIÇÃO:

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA****TEXTO I****A VERDADE SOBRE O NIÓBIO**

Nossas reservas do minério valem mais que o pré-sal. Mas isso não significa grande coisa. Entenda.

Parece mágica. Você joga um punhadinho de nióbio, apenas 100 gramas, no meio de uma tonelada de aço – e a liga se torna muito mais forte e maleável. Carros, pontes, turbinas de avião, aparelhos de ressonância magnética, mísseis, marcapassos, usinas nucleares, sensores de sondas espaciais... praticamente tudo o que é eletrônico, ou leva aço, fica melhor com um pouco de nióbio. Os foguetes da empresa americana SpaceX, os mais avançados do mundo, levam nióbio. O LHC, maior acelerador de partículas do planeta, e o D-Wave, primeiro computador quântico, também. Todo mundo quer nióbio – e quase todas as reservas mundiais desse metal, 98,2%, estão no Brasil. Nós temos o equivalente a 842 milhões de toneladas de nióbio, que valem inacreditáveis US\$ 22 trilhões: o dobro do PIB da China, ou duas vezes todo o petróleo do pré-sal. Por isso, há quem diga que o nióbio pode ser a salvação do Brasil, a chave para o País se desenvolver e virar uma potência global. Mas de que forma o nióbio é explorado hoje em dia, e quem ganha com ele?

É verdade, como se ouve por aí, que estamos exportando nossas reservas a preço de banana? E, se esse metal vale tanto, por que há tão pouca informação sobre ele? Há muitas lendas a respeito do nióbio. A mais importante: ele é, de fato, um elemento estratégico e raro. Mas não se trata de uma fonte inesgotável de riqueza.

A filha de Tântalo

O nióbio foi descoberto em 1801 pelo cientista britânico Charles Hatchett, que o batizou de columbium, em referência ao local de onde a amostra tinha vindo – Connecticut, nos Estados Unidos, numa época em que os poetas ingleses se referiam ao país como Columbia. Anos depois, o nióbio foi confundido com o tantálio pelo químico inglês William Hyde: ele afirmou que os dois elementos eram idênticos. Foi só em 1846 que outro químico, o alemão Heinrich Rose, comprovou que eram coisas diferentes. Quando a confusão foi desfeita, os americanos continuaram chamando o elemento de columbium, mas os europeus adotaram o nome nióbio: referência a Níobe, figura da mitologia grega, filha de Tântalo (uma piadinha com o antigo debate nióbio versus tantálio).

No final do século 19, o nióbio começou a ser usado nos filamentos de lâmpadas, até descobrirem que o tungstênio é mais resistente. A partir dos anos 1930, começaram a surgir pesquisas indicando que misturar nióbio com ferro era uma boa ideia. Mas, para usá-lo em escala industrial, era preciso encontrar uma boa quantidade desse metal. Na década de 1960, foi descoberta a primeira grande reserva do planeta: em Araxá, a 360 km de Belo Horizonte. Em 1965, o almirante americano Arthur W. Radford, integrante do conselho da mineradora Molycorp, convidou o banqueiro brasileiro Walther Moreira Salles para montar uma empresa de extração e refino do nióbio. A Molycorp tinha acabado de

comprar algumas minas em Araxá. O brasileiro topou, e nasceu a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM).

Como em 1965 o metal ainda não tinha utilidade comprovada, o governo militar deixou passar batido – e permitiu que a CBMM, junto com os americanos, explorasse o nióbio à vontade. Aos poucos, Salles foi comprando a parte dos americanos, o que os militares viram com bons olhos. Na década seguinte, a CBMM virou controladora mundial de um mercado que nem sequer existia. Não existia, mas passou a existir: nos anos 1970, a empresa descobriu dezenas de utilidades para o nióbio – que hoje é um dos principais negócios da família Moreira Salles (também dona do banco Itaú).

A CBMM não vende o minério bruto, e sim uma liga chamada ferronióbio, que contém 2/3 de nióbio e 1/3 de ferro. Além desse produto, seu carro-chefe, ela também comercializa dez outras formulações à base de nióbio. A empresa tem 1.800 funcionários e lucra R\$ 1,7 bilhão por ano. Em 2011, vendeu 30% de suas ações para um grupo de empresas asiáticas, mas com restrições: os brasileiros mantiveram o controle da empresa, e não cederam nenhuma informação técnica sobre o processamento do nióbio – um segredo industrial que tem 15 etapas e foi inventado pela empresa dos Moreira Salles. “Ele envolve mineração, homogeneização, concentração, remoção de enxofre, remoção de fósforo e chumbo, metalurgia, britagem e embalagem”, explica Eduardo Ribeiro, presidente da CBMM. “Para produzir o nióbio metálico, por exemplo, é necessário realizar uma última etapa em um forno de fusão por feixe de elétrons, que atinge temperaturas superiores a 2.500 oC”, diz.

Além da CBMM, há outra empresa explorando nióbio no País: a Anglo American Brazil, que opera em Catalão, Goiás. Também há nióbio na Amazônia, mas ele ainda não começou a ser minerado. Só o que temos em Minas Gerais e Goiás já é suficiente para abastecer toda a demanda mundial pelos próximos 200 anos. Os maiores compradores são China, EUA e Japão, que pagam em média US\$ 26 mil pela tonelada de nióbio (esse valor é uma estimativa, pois o metal não é vendido em bolsas de commodities; o preço é negociado caso a caso, direto com cada comprador). Há quem diga que esse valor é muito baixo – o ouro, por exemplo, é comercializado a US\$ 40 mil o quilo. Se o nióbio é tão útil, e o Brasil controla quase todas as reservas, não poderia cobrar mais caro? O governo brasileiro não deveria exigir royalties sobre a venda? E por que apenas 10% das tubulações de aço do planeta usam nosso produto? Há respostas para tudo isso.

Nada é perfeito

A primeira delas: o nióbio é substituível. Vanádio e titânio cumprem basicamente a mesma função. O vanádio é encontrado na África do Sul, na Rússia e na China. O titânio está presente na África do Sul, na Índia, no Canadá, na Nova Zelândia, na Austrália, na Ucrânia, no Japão e na China. Esses países preferem explorar suas próprias reservas a depender de um mineral que é praticamente exclusivo de uma nação só – o Brasil. Em alguns casos, também é possível trocar o nióbio por tungstênio, tântalo ou molibdênio. “Não há mercado para mais nióbio”, afirma o economista Rui Fernandes Pereira Júnior, especialista em recursos minerais.

Outra questão é que é preciso pouco nióbio para que ele faça sua mágica. “As reservas brasileiras são suficientes para abastecer o mundo por séculos. Mas aquelas existentes em

outras regiões do planeta, como o Canadá [que, como a Austrália, também possui nióbio], também são”, diz Roberto Galery, professor do departamento de Engenharia de Minas da UFMG. Quer dizer: não adianta aumentar muito o preço do nióbio, pois os compradores tenderão a optar por outros metais, nem tentar acelerar demais a exportação (pois aí haverá excesso de oferta de nióbio, fazendo o valor desse metal despencar).

Há outra questão: o Brasil só exporta o nióbio em si. Não fabrica produtos derivados dele. “Ninguém está disposto a pagar uma fortuna pelo nióbio, porque nós não conseguimos dar valor agregado a ele”, diz o professor Leandro Tessler, do Instituto de Física da Unicamp. “Nós repetimos nosso velho ciclo: vendemos matéria-prima e compramos produtos prontos. Vendemos nióbio e compramos fios de tomógrafos, por exemplo.” É um caso parecido com o do silício. Nós temos as maiores reservas de areia do planeta (e é da areia que o silício é extraído), mas só exportamos silício com 99,5% de pureza, menos que os 99,99999% exigidos pela indústria eletrônica.

E os royalties? O Brasil cobra pouco, mas cobra. O Estado fica com 2% do valor das exportações de nióbio – bem menos do que a Austrália, que exige 10%. Nós poderíamos impor royalties mais altos (com o petróleo, por exemplo, eles ficam entre 5% e 10%). Mas não há sinais de que isso vá ser feito. O Marco Regulatório da Mineração, que está tramitando no Congresso desde junho, não traz nenhuma regra específica para o nióbio.

Depois de crescer 10% ao ano na década passada, o mercado mundial de nióbio está estável. A demanda é de 100 mil toneladas anuais, 90% fornecidas pelo Brasil. De todos os 55 minérios que o Brasil exporta, o nióbio é o único em que somos líderes globais. Ele é o nosso terceiro metal mais exportado em valor financeiro (atrás do minério de ferro e do ouro, e empatado com o cobre na terceira posição).

“O surgimento de novas tecnologias pode levar ao aumento do mercado de nióbio”, diz Marcelo Ribeiro Tunes, diretor do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM). Afinal, o consumo mundial cresceu cem vezes desde a década de 1960, e é provável que a tecnologia continue a dar saltos (e encontrar novos usos para o nióbio) no futuro. Mas, se quisermos explorar todo o valor dessa riqueza natural, precisamos aprender o que fazer com ela – e começar a fabricar produtos mais sofisticados. “O Brasil deveria desenvolver a tecnologia desse material na medicina, nos transportes, na engenharia”, afirma Rui Fernandes Pereira Júnior. Do contrário, vamos continuar à mercê dos compradores estrangeiros. Como sempre estivemos desde que, no comecinho do século 16, navegadores portugueses descobriram a primeira de nossas commodities: uma madeira chamada pau-brasil.

(Texto de Tiago Cordeiro e Bruno Garattoniaccess. Extraído de <https://super.abril.com.br/ciencia/a-verdade-sobre-o-niobio/>)

1

Escolha a opção correta quanto ao gênero textual do Texto I:

- (A) Artigo científico
- (B) Crônica
- (C) Conto
- (D) Artigo de opinião
- (E) Texto informativo

2

De acordo com a leitura do Texto I, indique a opção que NÃO está correta.

- (A) O Brasil fornece 100 mil toneladas de nióbio atualmente para o mercado mundial.
- (B) O Brasil cobra pouco em royalties da produção de nióbio se comparado à Austrália.
- (C) Dois dos maiores compradores de nióbio atualmente são países asiáticos.
- (D) O Brasil não investe em tecnologias para utilização do nióbio nas áreas da medicina e engenharia.
- (E) As reservas da Amazônia ainda não são a principal fonte de extração de nióbio no Brasil.

3

A respeito da produção nacional de nióbio, leia o gráfico abaixo e escolha a opção correta:



(Tomás Arthuzzi/Thales Molina/Superinteressante. Extraído de <https://super.abril.com.br/ciencia/a-verdade-sobre-o-niobio/>)

- (A) Entre 2010 e 2012, a produção de nióbio não ultrapassou 70 mil toneladas.
- (B) Os índices de produção entre 1965 e 1973 são expressivos diante da produção recente.
- (C) Em 1987, a produção ficou abaixo das 10 mil toneladas.
- (D) A produção anual de nióbio bateu recorde em 2010.
- (E) Nos anos de 2007 e 2010, a produção de nióbio chegou a ultrapassar a marca de 75 mil toneladas.

4

Quanto à ortografia oficial da Língua Portuguesa, indique a opção em que todas as palavras estão grafadas corretamente:

- (A) neorealismo, microcomputador, leem e chapéu.
- (B) papéis, subreptício, antirrugas e copiloto.
- (C) co-autor, infraestrutura, feiura e história.
- (D) joia, vôo, pan-amazônico e contracheque.
- (E) europeia, freqüente, autoestima e jibóia.

5

A exemplo da acentuação da palavra “nióbio”, identifique a opção em que há outra palavra que segue a mesma regra de acentuação de acordo com a norma culta da língua portuguesa.

- (A) “ (...) é provável que a tecnologia continue a dar saltos (...)”
- (B) “Além da CBMM, há outra empresa explorando nióbio no País (...)”
- (C) “Em alguns casos, também é possível trocar o nióbio por tungstênio, tântalo ou molibdênio.”
- (D) “ Há respostas para tudo isso. Nada é perfeito. A primeira delas: o nióbio é substituível.”
- (E) “Se o nióbio é tão útil, e o Brasil controla quase todas as reservas, não poderia cobrar mais caro?”

6

Quanto às funções da linguagem, no trecho “Todo mundo quer nióbio – e quase todas as reservas mundiais desse metal, 98,2%, estão no Brasil. Nós temos o equivalente a 842 milhões de toneladas de nióbio, que valem inacreditáveis US\$ 22 trilhões: o dobro do PIB da China, ou duas vezes todo o petróleo do pré-sal.” podemos afirmar que ele apresenta a função:

- (A) Conativa
- (B) referencial
- (C) emotiva
- (D) poética
- (E) metalinguística

TEXTO II

MULHERES DE ATENAS

Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas
 Vivem pros seu maridos, orgulho e raça de Atenas
 Quando amadas, se perfumam
 Se banham com leite, se arrumam
 Suas melenas
 Quando fustigadas não choram
 Se ajoelham, pedem, imploram
 Mais duras penas
 Cadenas
 Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas
 Sofrem pros seus maridos, poder e força de Atenas
 Quando eles embarcam, soldados
 Elas tecem longos bordados
 Mil quarentenas
 E quando eles voltam sedentos
 Querem arrancar violentos
 Carícias plenas
 Obscenas
 Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas
 Despem-se pros maridos, bravos guerreiros de Atenas
 Quando eles se entopem de vinho
 Costumam buscar o carinho
 De outras falenas
 Mas no fim da noite, aos pedaços
 Quase sempre voltam pros braços
 De suas pequenas
 Helenas
 Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas
 Geram pros seus maridos os novos filhos de Atenas
 Elas não têm gosto ou vontade
 Nem defeito nem qualidade

Têm medo apenas
 Não têm sonhos, só têm presságios
 O seu homem, mares, naufrágios
 Lindas sirenas
 Morenas
 Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas
 Temem por seus maridos, heróis e amantes de Atenas
 As jovens viúvas marcadas
 E as gestantes abandonadas
 Não fazem cenas
 Vestem-se de negro, se encolhem
 Se conformam e se recolhem
 Às suas novenas
 Serenas
 Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas
 Secam por seus maridos, orgulho e raça de Atenas
 (Compositores: Chico Buarque / Augusto Boal, 1976)

7

Em “Mulheres de Atenas”, Chico Buarque utiliza a ironia como figura de linguagem para:

- (A) Discutir os modelos de casais da Antiguidade ao se referir a homens e mulheres como símbolos de poder e força.
- (B) Enaltecer os valores masculinos com palavras como: “poder e força”, “bravos guerreiros”, “heróis e amantes” de Atenas.
- (C) Mostrar como a sociedade patriarcal é justa e igualitária.
- (D) Revelar o empoderamento feminino.
- (E) Chamar a atenção para a desigualdade de direitos entre homens e mulheres na sociedade patriarcal.

8

Nos versos: “Temem por seus maridos, heróis e amantes de Atenas/As jovens viúvas marcadas/E as gestantes abandonadas/Não fazem cenas/Vestem-se de negro, se encolhem/Se conformam e se recolhem/Às suas novenas. / Serenas” Observamos que a linguagem utilizada revela:

- (A) Empoderamento e lealdade.
- (B) Sofrimento e resiliência.
- (C) Lealdade e amizade.
- (D) Submissão e sofrimento.
- (E) Amor e sofrimento.

9

“Se banham com leite, se arrumam/Suas melenas/ Quando fustigadas não choram/ Se ajoelham, pedem, imploram” Nos versos citados da música, podemos substituir a palavra grifada por seu sinônimo na opção:

- (A) maltratadas
- (B) violentadas
- (C) amadas
- (D) empoderadas
- (E) raivosas

10

A exemplo do uso da crase em “Se conformam e se recolhem às suas novenas”, escolha a opção em que o mesmo uso é necessário:

- (A) A espera pela hora do parto a deixou tensa.
- (B) Manoel visava a fama prometida pela televisão.
- (C) Voltamos a pé.
- (D) Eles voltaram do sítio a cavalo.
- (E) Diga a ela que não estou em casa.

11

Marque a opção que apresenta um exemplo de inversão sintática:

- (A) Esperamos que ele venha logo para o hospital.
- (B) Não queremos nada além daquilo que nos prometeram.
- (C) Liguei para a sua casa ontem a noite.
- (D) Assustada chegou na sala de aula após o susto no trânsito.
- (E) Os familiares organizaram uma surpresa para a aniversariante.

12

Escolha a opção que exemplifica uma oração subordinada substantiva objetiva indireta:

- (A) Necessito de uma coisa: que trabalhes.
- (B) Adoro os versos de Camões, que releio sempre.
- (C) Todas as mulheres aplaudiram, quando as cantoras encerraram o show.
- (D) Uma vez que você quis assim, nada mais posso fazer.
- (E) Precisamos de que trabalhe para o sustento da família.

LEGISLAÇÃO

13

São objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, exceto:

- (A) Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- (B) Construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- (C) Erradicar a pobreza e a marginalização.
- (D) Fomentar as desigualdades sociais e regionais.
- (E) Garantir o desenvolvimento nacional.

14

Assinale a única alternativa que não integra a competência legislativa privativa da União.

- (A) Direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho.
- (B) Populações indígenas.
- (C) Diretrizes e bases da educação nacional.
- (D) Educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação.
- (E) Emigração e imigração, entrada e extradição de estrangeiros.

15

São princípios do ensino, previstos na Constituição Federal, exceto.

- (A) Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.

- (B) Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.
- (C) Obrigatoriedade do ensino da religião oficial do Estado.
- (D) Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.
- (E) Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.

16

Quanto ao regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, assinale a alternativa incorreta.

- (A) A posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de provimento e poderá dar-se mediante procuração específica.
- (B) Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado.
- (C) Remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.
- (D) O vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens de caráter permanente, é passível de redução discricionária.
- (E) Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo público ou da função de confiança.

17

Quanto ao Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto 1.171, de 22 de junho de 1994, é incorreto afirmar:

- (A) É dever fundamental do servidor público ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.
- (B) É dever fundamental do servidor público manter limpo e em perfeita ordem o local de trabalho, seguindo os métodos mais adequados à sua organização e distribuição.
- (C) É dever fundamental do servidor público ter respeito à hierarquia, sendo vedado representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Estatal.
- (D) É vedado ao servidor público alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências.
- (E) É vedado ao servidor público retirar da repartição pública, sem estar legalmente autorizado, qualquer documento, livro ou bem pertencente ao patrimônio público.

18

Nos termos do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto 1.171, de 22 de junho de 1994, é defeso afirmar.

- (A) Para fins de apuração do comprometimento ético, entende-se por servidor público todo aquele que, por força de lei, contrato ou de qualquer ato jurídico, preste serviços de natureza permanente, temporária ou excepcional, ainda que sem retribuição financeira, desde que ligado direta ou indiretamente a qualquer órgão do poder estatal, como as autarquias, as fundações

públicas, as entidades paraestatais, as empresas públicas e as sociedades de economia mista, ou em qualquer setor onde prevaleça o interesse do Estado.

- (B) A pena aplicável ao servidor público pela Comissão de Ética é a de censura e independe de fundamentação, bem como de respectivo parecer, mas deve ser assinado por todos os seus integrantes, mesmo sem a ciência do faltoso.
- (C) A remuneração do servidor público é custeada pelos tributos pagos direta ou indiretamente por todos, até por ele próprio, e por isso se exige, como contrapartida, que a moralidade administrativa se integre no Direito, como elemento indissociável de sua aplicação e de sua finalidade, erigindo-se, como consequência, em fator de legalidade.
- (D) Em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta autárquica e fundacional, ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, deverá ser criada uma Comissão de Ética, encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público.
- (E) Deixar o servidor público qualquer pessoa à espera de solução que compete ao setor em que exerça suas funções, permitindo a formação de longas filas, ou qualquer outra espécie de atraso na prestação do serviço, não caracteriza apenas atitude contra a ética ou ato de desumanidade, mas principalmente grave dano moral aos usuários dos serviços públicos.

19

Quanto ao ensino superior, nos termos das diretrizes e bases da educação, assinale a alternativa incorreta.

- (A) A educação superior tem por finalidade a promoção da extensão, vedada a participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.
- (B) A educação superior tem por finalidade a promoção da divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação.
- (C) A educação superior tem por finalidade o estímulo ao conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais.
- (D) A educação superior tem por finalidade o estímulo a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo.
- (E) A educação superior tem por finalidade suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração.

20

Nos termos das diretrizes e bases da educação, como dispõe a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, é defeso afirmar.

- (A) A formação inicial de profissionais de magistério dará preferência ao ensino presencial, subsidiariamente fazendo uso de recursos e tecnologias de educação a distância.
- (B) A preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de graduação, sendo facultativos os programas de mestrado e doutorado.
- (C) Os currículos dos cursos de formação de docentes terão por referência a Base Nacional Comum Curricular.
- (D) A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios adotarão mecanismos facilitadores de acesso e permanência em cursos de formação de docentes em nível superior para atuar na educação básica pública.
- (E) A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério.

21

Em conformidade com o processo administrativo da Administração Pública Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de maior grau hierárquico para decidir.
- (B) A autenticação de documentos exigidos em cópia deve ser providenciada no Cartório de Notas, não podendo ser feita pelo órgão administrativo.
- (C) O processo administrativo pode iniciar-se a pedido do interessado, mas não de ofício.
- (D) Os atos administrativos independem de motivação.
- (E) Não podem ser objeto de delegação a edição de atos de caráter normativo, a decisão de recursos administrativos e as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.

22

Quanto à instrução do processo administrativo da Administração Pública Federal, é defeso afirmar.

- (A) O interessado poderá, na fase instrutória e antes da tomada da decisão, juntar documentos e pareceres, requerer diligências e perícias, bem como aduzir alegações referentes à matéria objeto do processo.
- (B) Os atos de instrução que exijam a atuação dos interessados devem realizar-se do modo menos oneroso para estes.
- (C) Encerrada a instrução, o interessado não pode mais manifestar-se no processo administrativo.
- (D) Quando necessária à instrução do processo, a audiência de outros órgãos ou entidades administrativas poderá ser realizada em reunião conjunta, com a participação de titulares ou representantes dos órgãos competentes, lavrando-se a respectiva ata, a ser juntada aos autos.
- (E) Somente poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada, as provas propostas pelos interessados quando sejam ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.

23

De acordo com o Regimento Geral da Universidade Federal de Roraima - UFRR, é incorreto afirmar.

- (A) Os departamentos serão vinculados diretamente a, pelo menos, um curso de graduação de uma determinada unidade e funcionarão de acordo com regimento próprio.
- (B) É permitido o vínculo simultâneo de um aluno a dois ou mais cursos de graduação oferecidos pela UFRR.
- (C) A oferta de disciplinas, tema contextual e módulos é de responsabilidade dos cursos de graduação da UFRR e será encaminhada ao Departamento de Controle e Registro Acadêmico, pelo coordenador de curso, a cada período letivo.
- (D) Compõem a estrutura da UFRR, o Conselho Diretor, o Conselho Universitário, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, a Reitoria, os órgãos da administração acadêmica, os órgãos suplementares e a Assembleia Universitária.
- (E) O candidato aprovado em processo seletivo para ingresso no quadro discente da UFRR somente terá seu vínculo efetivado após efetuar o cadastramento, conforme prazos e exigências previstas no edital convocatório.

24

Nos termos do Estatuto da Universidade Federal de Roraima - UFRR, é incorreto afirmar.

- (A) A UFRR desenvolverá atividades de ensino, pesquisa e extensão integrando o conhecimento universal com o regional e local, de forma que seus resultados proporcionem soluções e alternativas ao projeto socioeconômico e cultural da região amazônica.
- (B) A UFRR pode efetuar transferências, quitações e tomar as providências de ordem orçamentária, financeira e patrimonial necessárias à gestão contábil e financeira.
- (C) A UFRR pode criar, organizar, avaliar, modificar e extinguir cursos e programas em sua sede e fora dela.
- (D) A liberdade cultural, política, social e econômica, como fundamento da justiça e do bem-estar dos indivíduos, é um dos princípios fundamentais da UFRR.
- (E) O Reitor e o Vice-Reitor, observada a legislação aplicável, em vigor, serão escolhidos pelo Presidente da República, discricionariamente, para um mandato de 8 anos, vedada a recondução.

RACIOCÍNIO LÓGICO**25**

Uma pessoa que resolve dedicar 10% de seu tempo diário a uma atividade específica, deverá destinar diariamente a esta atividade:

- (A) 2h24min
 (B) 2h40min
 (C) 2h40min
 (D) 1h20min
 (E) 1h40min

26

Tem-se dois frascos, o primeiro com 1L de água e segundo com 1L de vinho. Transfere-se 0,5L de água do primeiro frasco para o segundo frasco que contém vinho, em seguida,

transfere-se 0,5L da mistura do segundo frasco para o primeiro frasco que contém água. É correto afirmar que:

- (A) haverá tanto vinho na água como água no vinho.
 (B) haverá mais água no vinho do que vinho na água.
 (C) haverá mais vinho na água do que água no vinho.
 (D) não dá para saber.
 (E) haverá mais água que vinho nos dois frascos.

27

A negação lógica da afirmação: “todos os boa-vistenses nasceram em Boa Vista e são roraimenses” é:

- (A) se todos os boa-vistenses nasceram em Boa Vista, podem ser roraimenses.
 (B) todos os roraimenses nasceram em Boa Vista.
 (C) algum boa-vistense não nasceu em Boa Vista ou não é roraimense.
 (D) algum boa-vistense não nasceu em Boa Vista e não é roraimense.
 (E) se todos os boa-vistenses nasceram em Boa Vista, então são roraimenses.

28

Uma herança no valor de 1 milhão de reais deverá ser dividida entre três herdeiros h1, h2 e h3, com valores diretamente proporcionais a 10, 40 e 50 respectivamente. Então é correto afirmar que h1, h2 e h3 receberão, nessa ordem:

- (A) R\$ 400.000; R\$ 500.000 e R\$ 100.000.
 (B) R\$ 100.000; R\$ 400.000 e R\$ 500.000.
 (C) R\$ 300.000; R\$ 400.000 e R\$ 300.000.
 (D) R\$ 200.000; R\$ 500.000 e R\$ 300.000.
 (E) R\$ 100.000; R\$ 450.000 e R\$ 450.000.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA**29**

A respeito dos navegadores de internet qual comando utilizado para limpar o histórico do navegador?

- (A) Delete +Ctrl+X
 (B) Delete + X
 (C) Alt+ Delete
 (D) Ctrl+Shift+Delete
 (E) F11+ Delete

30

A segurança da informação compreende a proteção das informações, sistemas, recursos e demais ativos contra desastres, erros (intencionais ou não) e manipulação não autorizada, objetivando a redução da probabilidade e do impacto de incidentes de segurança.

A respeito dos conceitos e controles que estão ligados à segurança da informação qual conceito correto:

- (A) Ataque – Qualquer omissão que comprometa a segurança de uma organização.
 (B) Impacto – Consequência não avaliada de um evento em particular.
 (C) Risco – Qualquer fraqueza que possa ser explorada e comprometer a segurança de sistemas ou informações.

- (D) Vulnerabilidade – Combinação de probabilidade (chance da ameaça se concretizar) de um evento ocorrer e de suas consequências para organização.
- (E) Ameaça – Qualquer evento que explore vulnerabilidades. Causa potencial de um incidente indesejado, que pode resultar em dano para um sistema ou organização.

31

O Excel trata-se de uma planilha eletrônica onde se efetua cálculos, análise, orçamentos e gerencia listas em planilhas. Na Tabela 1 apresentada abaixo, ao clicar na coluna IDADE, e utilizar a opção filtros, e personalizar AutoFiltro conforme demonstrado na Figura 1, com a seguinte configuração é igual a 10 e é diferente de 100, qual célula do nome e célula do valor aparecerá?

	A	B
1	NOME	IDADE
2	ANA	5
3	ALICE	30
4	ABEL	10
5	ANTONIO	15
6	ALVARO	25
7	ABELAR	100
8	ABIL	98
9	ADENOR	68

Tabela 1

Figura 1

- (A) Célula A4 com nome ABEL e célula B4 com valor 10.
- (B) Célula A3 com nome ALICE e célula B4 com valor 30.
- (C) Célula A6 com nome ALVARO e célula B8 com valor 15.
- (D) Célula A7 com nome ANTONIO e célula B9 com valor 168.
- (E) Célula A7 com nome ABELAR e célula B4 com valor 100.

32

Relacionado à estrutura de diretórios no sistema operacional Linux, qual diretório que apresenta o conceito de forma correta:

- (A) /opt contém arquivos de biblioteca que suportam os binários localizados em /bin /sbin.
- (B) /home contém arquivos variáveis, como por exemplo, arquivos de log no diretório /varlog.
- (C) /mnt diretório temporário de montagem de sistema de arquivos.
- (D) /lib contém os diretórios de todos os usuários e seus arquivos pessoais.
- (E) /usr contém dados específicos de alguns serviços.

33

No Microsoft Office Word para inserção de um hyperlink qual tecla de atalho poderá ser utilizada:

- (A) ALT+K
- (B) CTRL+Q
- (C) CTRL+B
- (D) CTRL+K
- (E) CTRL+F

34

Os comandos nos navegadores de internet em sua maioria são utilizados para dar agilidade nas atividades cotidianas executadas, o comando CTRL + D executado no navegador abre:

- (A) Histórico
- (B) Reabre a última aba fechada
- (C) Favoritos
- (D) Fechar aba do navegador
- (E) Abre a página inicial

ATUALIDADES

35

Dos estados brasileiros, Roraima é o que possui o maior número de terras indígenas demarcadas e homologadas, fruto da resistência e luta dos povos indígenas. Pergunta-se: quantas áreas indígenas estão demarcadas nesse estado?

- (A) 30
- (B) 32
- (C) 23
- (D) 12
- (E) 14

36

Em 2019 a Igreja Católica, liderada pelo Papa Francisco, promoverá um sínodo no Vaticano onde seu principal tema de debate será:

- (A) A mineração no estado do Piauí.
- (B) A produção alarmante de proteína no Brasil e a Igreja católica.
- (C) A Amazônia legal e os novos caminhos para a Igreja e para uma ecologia integral.
- (D) O avanço das esquerdas na América Latina e a Igreja católica.
- (E) O papel das rádios católicas e questão indígena, mas o avanço do comunismo na América Latina.

37

Leia a manchete a seguir, atentando-se para as informações mais relevantes e responda a pergunta apresentada em seguida.

Justiça decreta prisão de três pessoas por desabamento de dois prédios em Muzema

Responsáveis pela construção e venda dos apartamentos que desabaram no Rio, deixando pelo menos 20 mortos e três desaparecidos, estão foragidos.

(EL PAÍS 19/04/2019)

A responsabilidade pelo desabamento dos imóveis, de acordo com o que foi noticiado pelos grandes jornais do Brasil em 2019, está associada a que tipo de organização criminosa?

- (A) traficantes de drogas
- (B) contrabandistas
- (C) atravessadores
- (D) milícias
- (E) grupos de extermínio

38

Leia a manchete a seguir, atentando-se para as informações mais relevantes e responda a pergunta apresentada em seguida.

União Europeia concorda em adiar brexit, mas indefinição permanece

Saída estava programada para 29 de março; May pediu prorrogação para 30 de junho; mas UE fixou 22 de maio como data-limite.

(Folha de S. Paulo – mundo – 21/03/2019)

O brexit, processo de saída do Reino Unido da União Europeia, é um processo político decidido pela sociedade britânica por meio de:

- (A) uma eleição
- (B) um concurso
- (C) uma alienação
- (D) um debate
- (E) um plebiscito

39

De acordo com o sítio oficial do Ministério da Educação (MEC), sua tarefa é promover o ensino de qualidade para todo o país. Sua abrangência vai da educação em creches até o ensino superior, profissional e de pós-graduação. Um dos elementos do sistema que o ministério administra é o FUNDEB, que tem vigência até 2020 e tem por objetivo:

- (A) aumentar em dez vezes o volume de recursos federais para a educação básica.
- (B) conceder financiamento a estudantes na educação superior não gratuita.
- (C) sistematizar a oferta de vagas no ensino superior federal a participantes do Enem.
- (D) coletar informações e fazer estatísticas da educação básica brasileira.
- (E) expandir o ingresso de jovens e adultos de baixa renda à educação técnica.

40

Greta Thunberg é uma garota sueca de 16 anos, com Síndrome de Asperger, que fomentou uma greve internacional de crianças e adolescentes pelo globo, tendo reflexos inclusive no Brasil. Por este motivo, foi indicada para receber o Prêmio Nobel. Qual é a pauta de suas reivindicações?

- (A) a pesca ilegal nos mares e oceanos.
- (B) o combate às mudanças climáticas.
- (C) a conscientização sobre a Síndrome de Asperger.

- (D) o acolhimento aos refugiados e migrantes.
- (E) a paz mundial.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

41

A lei n. 10.862 de 14 de abril de 2004, institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES que tem por objetivo "assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, nos termos do art 9º, VI, VIII e IX da Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996". Sobre o SINAES é possível afirmar que:

- (A) Os resultados da avaliação realizada no âmbito do SINAES constituirão referencial básico dos processos de regulação e supervisão da educação superior, neles compreendidos o credenciamento e a renovação de credenciamento de instituições de educação superior, a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de graduação.
- (B) Para que os efeitos da avaliação sejam significativos e construtivos, os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos serão tratados de maneira sigilosa, de forma a não comprometer a imagem pública das instituições avaliadas e protegê-las de prejuízos sociais e econômicos.
- (C) O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE, é parte dos procedimentos avaliativos realizados pelo SINAES, sendo obrigatória a participação de todos os estudantes e vedada a utilização de procedimentos amostrais.
- (D) Respeitada a diversidade e as especificidades das diferentes organizações acadêmicas, na avaliação de cursos de graduação das universidades, é vedada a aplicação de pontuação específica pela existência de programas de pós-graduação e por seu desempenho, conforme a avaliação mantida pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Técnico – CAPES.
- (E) Será de responsabilidade dos técnicos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, indicar quais os alunos habilitados à participação no ENADE e proceder à sua inscrição no exame.

42

Em seu Título IV, a Lei n. 9.394/1996, de Diretrizes e Bases da Educação regulamenta a distribuição de funções de cada ente que compõe a organização da educação nacional, indicando que a União, os estados e os municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino e terão competências específicas a desempenhar. Se considerarmos as esferas de competência de cada um destes entes federativos visto em suas responsabilidades específicas, podemos indicar que, respectivamente, a União, Estados e Municípios tem por atribuição:

- (A) elaborar diretrizes para a educação básica nacional; oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, assim como o Ensino Médio; oferecer o Ensino

Fundamental a todos em idade escolar e aos que não tiveram acesso na idade própria.

- (B) exercer a função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais; assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem; oferecer ensino médio ou superior somente após estarem atendidas plenamente as necessidades da educação infantil em creches e pré-escolas, com prioridade ao atendimento das necessidades do ensino fundamental.
- (C) assumir o transporte escolar dos alunos das redes municipal e estadual; coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação básica; articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola.
- (D) oferecer o transporte escolar dos alunos das redes públicas de ensino; organizar, propor e realizar os processos de avaliação do rendimento escolar dos estudantes de todos os níveis de ensino; oferecer o Ensino Fundamental e, com prioridade, o Ensino Médio.
- (E) baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação; oferecer ensino superior em municípios do interior; assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar dos estudantes da educação básica.

43

A Lei n. 9.394/1996 – LDB, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e vem sofrendo, desde sua promulgação, expressivas alterações. Dentre os princípios e fins da educação nacional verifica-se que ela estabelece que:

- (A) A educação tem por finalidade a preparação de todos os indivíduos para o acesso ao ensino superior em igualdade de condições.
- (B) As condições de acesso e permanência poderão variar, em consideração às diferenças existentes entre os indivíduos e às estruturas disponibilizadas pelas escolas públicas e privadas.
- (C) A educação tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
- (D) A educação tem por princípio a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber, a depender da aprovação pelo gestor escolar ou pelo conselho escolar.
- (E) A educação tem por finalidade o desenvolvimento cognitivo e intelectual do educando de forma a assegurar sua aquisição de competências sociais.

44

O Plano Nacional de Educação, definido na lei 13.005/2014, aprovado em 26 de junho de 2014 e que estabelece as diretrizes, metas e estratégias que devem orientar as iniciativas na área da educação por um período de 10 anos, apresenta 20 metas das quais três são diretamente vinculadas ao ensino superior. Considerando-se que "é no ensino superior que tanto os professores da educação básica quanto os demais profissionais que atuarão no município são formados, contribuindo para a geração de renda e desenvolvimento socioeconômico local."(BRASIL, 2014) as metas definidas para o ensino superior definem:

- (A) Elevar as taxas de matrícula no ensino superior da população de dezoito a vinte e quatro anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão assegurando-se prioridade para a manutenção das instituições privadas de ensino, com o fortalecimento de programas como FIES e PROUNI; elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores para pelo menos um terço do total dos docentes; elevar o número de matrículas na pós graduação *stricto sensu* de forma a titular anualmente sessenta mil mestres e vinte e cinco mil doutores.
- (B) Manter as taxas de matrícula no ensino superior da população de dezoito a vinte e quatro anos que cursam as instituições privadas de ensino, assegurada a qualidade da oferta e expandir o ensino superior nas instituições públicas para o mínimo de cinquenta por cento das novas matrículas; elevar a qualidade da educação superior através da ampliação na proporção de mestres e doutores para cinquenta por cento do total de docentes sendo o mínimo de vinte e cinco por cento de doutores; ampliar o número de matrículas na pós graduação *stricto sensu* assegurando a expansão do reconhecimento de títulos obtidos em países da Europa e Mercosul.
- (C) Reduzir as taxas de matrícula no ensino superior da população de dezoito a vinte e quatro anos matriculada em instituições públicas de ensino, assegurada a qualidade da oferta e expansão para as instituições particulares de ensino na modalidade à distância, de forma a assegurar o acesso de todos ao ensino superior; elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores para um terço do total de docentes atuantes nas universidades e faculdades; elevar o número de matrículas na pós graduação *stricto sensu* e incentivar a formação destes em instituições estrangeiras.
- (D) Elevar as taxas de matrícula no ensino superior da população de dezoito a vinte e quatro anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para o mínimo de quarenta por cento das novas matrículas no segmento público; elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores para setenta e cinco por cento do total de docentes sendo o mínimo de trinta e cinco por cento de doutores; elevar o número de matrículas na pós graduação *stricto sensu* de forma a titular anualmente sessenta mil mestres e vinte e cinco mil doutores.
- (E) Elevar as taxas de matrícula no ensino superior da população de dezoito a vinte e quatro anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para o mínimo de 30 por cento das novas matrículas no segmento público; elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores para setenta e cinco por cento do total de docentes sendo o mínimo de trinta e cinco por cento de doutores; manter o número de matrículas na pós graduação *stricto sensu*, incentivando o fortalecimento da qualificação desses profissionais, através do incentivo a programas de internacionalização e pós-doutoramento.

45

Um estudante foi aprovado no processo seletivo para ingresso em um curso de bacharelado da área da saúde e apresentou um laudo diagnóstico que sinaliza que o mesmo apresenta um quadro de cegueira no olho esquerdo e visão subnormal do olho direito com quadro patológico tendendo a uma perda progressiva a médio prazo do resíduo visual existente, o que levaria, no médio prazo, a que o estudante chegue, antes do final da formação, a um quadro de cegueira. O encaminhamento a ser adotado pela Universidade que melhor se adequa ao preconizado nas políticas públicas em educação vigentes no Brasil é:

- (A) Analisar a condição específica do estudante, verificando se esta lhe permite realizar as atividades correspondentes à formação acadêmica pretendida e, caso a condição de deficiência não lhe vá possibilitar o exercício da profissão que indicou no processo seletivo, reclassificá-lo para outro curso, tomando por base o laudo diagnóstico e as recomendações da equipe especializada do Núcleo de Acessibilidade.
- (B) Encaminhar o estudante para o Núcleo de Acessibilidade existente na Universidade que deverá responsabilizar pela elaboração do Plano Específico Individual - PEI, do estudante e oferecer o Atendimento Educacional Especializado - AEE, e orientar as adaptações curriculares que deverão ser feitas, em especial considerando-se o ajuste das avaliações das disciplinas, às capacidades observadas no estudante.
- (C) Requerer o laudo diagnóstico do estudante para que se analise suas condições de permanência na Universidade e, com base neste documento, providenciar a contratação de um profissional de apoio que realize o Atendimento Educacional Especializado - AEE, e acompanhe as atividades de leitura e as transcrições em Braille, além do apoio na orientação, mobilidade e locomoção do estudante dentro do espaço universitário, de forma a evitar-se a ocorrência de acidentes diante das barreiras arquitetônicas atualmente existentes.
- (D) Oferecer os recursos de tecnologia assistiva que o aluno necessite para acesso aos conteúdos que serão exigidos ao longo do curso; verificar as adequações necessárias à remoção de barreiras arquitetônicas e de comunicação no ambiente universitário, realizando inclusive reformas em áreas comuns que se façam necessárias; oportunizar meios de capacitação dos professores e profissionais técnicos e auxiliares para o atendimento qualificado que a condição do estudante exige.
- (E) Considerar que o acesso aos níveis mais elevados de ensino, deverá dar-se de acordo com a capacidade de cada um e que a universidade tem por objetivo a formação de profissionais em condições adequadas de realizar as atividades técnicas que lhe são próprias, e observar as demandas específicas da área da saúde, recusar a matrícula do estudante.

46

Ao conceituar o projeto político - pedagógico, Ilma Passos Alencastro Veiga assim se refere a este documento:

"O projeto político-pedagógico tem a ver com a organização do trabalho pedagógico em dois níveis: como organização da escola como um todo e como organização da sala de aula,

incluindo sua relação com o contexto social imediato, procurando preservar a visão de totalidade. Nesta caminhada, será importante ressaltar que o projeto político-pedagógico busca a organização do trabalho pedagógico da escola na sua globalidade." Sobre o projeto político-pedagógico, é correto afirmar que:

- (A) O projeto político-pedagógico deverá agrupar os planos de ensino dos professores e demonstrar a variedade das atividades desenvolvidas por estes. O projeto, após construído deverá ser arquivado junto ao acervo documental da escola e encaminhado às autoridades educacionais demonstrando o compromisso da escola com a regularidade de sua documentação.
- (B) Para que o projeto político-pedagógico não contrarie os princípios estabelecidos pelas redes de ensino de cada região ou município, mantendo-se a articulação e a igualdade no padrão de ensino oferecido entre as diferentes unidades escolares, na rede pública de ensino, o projeto político-pedagógico deverá ser elaborado pelos gestores de cada escola e, após avaliação dos técnicos da Secretaria, ser encaminhado aos docentes para conhecimento.
- (C) O projeto político pedagógico, como ação intencional é parte do compromisso sociopolítico e se relaciona aos interesses coletivos da população majoritária. Sua vinculação política está em definir qual deve ser o compromisso de formação do cidadão para qual tipo de sociedade e, nesse sentido, sua elaboração e aprovação está submetida aos interesses do partido político que conduz a gestão dos sistemas municipal, estadual e federal.
- (D) A construção do projeto político-pedagógico parte dos princípios de igualdade, qualidade, liberdade, gestão democrática e valorização do magistério. Dessa forma, cada professor terá liberdade para definir qual o projeto político-pedagógico que melhor atende a seu estilo de docência, sem submeter-se a imposições externas.
- (E) O projeto pedagógico da escola, na definição estabelecida na legislação educacional brasileira, é parte do processo da gestão democrática do ensino público na educação básica, e deverá ser elaborado com a participação dos profissionais da educação.

47

Para Sílvio Sanchez Gamboa (2007), referindo-se à pesquisa, um pesquisador, antes de elaborar seu projeto, deve ler outras pesquisas, para identificar seus principais elementos, recuperar seus métodos e estratégias, descobrir suas rotas ocultas, revelar seus pressupostos e estruturas básicas. Dessa forma, se apropria de diferentes meios de pesquisa realizada por outros pesquisadores, analisa o já conhecido em sua área e inicia a construção de suas situações-problema. Em relação à pesquisa e suas abordagens, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa incorreta.

- (A) No processo de pesquisa, é importante assinalar que o método de pesquisa, ou caminho para se chegar à resposta de nossas questões, depende do tipo de questão, e não o contrário.
- (B) Um método de pesquisa deve ser definido em acordo com as afinidades do pesquisador e considerando as

possibilidades reais de pesquisa, sendo desnecessário que tenha vínculos diretos com os contextos teóricos que serão utilizados na análise dos resultados.

- (C) A realização de uma pesquisa depende de termos verificado quais são os saberes já acumulados na literatura científica especializada e em pesquisas anteriores, identificando que aspectos diferenciais ou novos poderão ser acrescentados aos saberes já consolidados com a pesquisa que se pretende realizar.
- (D) A prática da investigação tem as características do trabalho humano, mas quando elaborada em condições de apenas cumprir um mero requisito acadêmico para a aquisição de um título ou grau universitário, corre o risco de repetir outras pesquisas de teor apenas acadêmico.
- (E) O êxito de uma pesquisa de qualidade depende da articulação lógica entre o método, os procedimentos e as opções científicas e filosóficas que o pesquisador utiliza.

48

O "projeto de trabalho" está vinculado à linha da pedagogia ativa, como uma das várias formas da Pedagogia de Projetos. Para Hernández (1998), os projetos de trabalho contribuem para uma ressignificação dos espaços de aprendizagem, de tal forma que eles se voltem para a formação de sujeitos ativos, reflexivos, atuantes e participantes. Para este mesmo autor, os projetos de trabalho se caracterizam como um planejamento de ensino e aprendizagem aonde o estudante se planeja para solucionar problemas reais e pode, a partir disso articular "ideias-chave e metodologias de diferentes disciplinas" (p. 88-89). Dessa forma o estudante se motiva na escolha do tema e na seleção dos meios de encontrar dados, analisá-los e construir informações.

Tomando por base esta abordagem, identifique qual a afirmação incorreta dentre as descritas abaixo:

- (A) A organização do ensino a partir de projetos de trabalho depende da disponibilidade de recursos e materiais e exige que o professor elimine a abordagem de conteúdos importantes, de forma que possa flexibilizar os conteúdos mediante situações imprevistas.
- (B) Entre as vantagens do trabalho com projetos quando comparado às formas mais tradicionais de ensino, temos em primeiro lugar, que ele favorece a atribuição de significado ao conhecimento, uma vez que os estudantes têm papel primordial no desenvolvimento do projeto.
- (C) Ao envolver-se em um projeto, professores e estudantes passam, necessariamente, a ter interesses semelhantes e a interação pessoal fica mais intensa, o que raramente acontece no sistema de ensino tradicional.
- (D) Organizar o ensino a partir de projetos de trabalho dá oportunidades inestimáveis de que o conhecimento tácito dos alunos possa emergir e ser discutido.
- (E) Um eixo que orienta os projetos de trabalho é o de que aprender é uma consequência de refletir a respeito do que está sendo apresentado em sala de aula. O conhecimento só é realmente adquirido quando tem significado e podemos pensar usando o que foi aprendido.

49

Marcos Masetto (2017) em entrevista à Revista Docência do Ensino Superior da UFMG, destaca aspectos relevantes que nos ajudam a refletir sobre o conceito e finalidades da educação superior. Dentre elas destacamos:

"A UNESCO, em 1998, pela primeira vez produziu um documento para todas as universidades do mundo, apresentando uma nova visão e uma nova missão para o ensino superior para o século XXI. Trata-se de um documento que abre a universidade para os problemas do nosso mundo em termos da formação de profissionais, de formação para o trabalho, de pesquisa e integração desta com os contextos e problemas reais contemporâneos."

"Já não é mais suficiente para a universidade e para a formação de profissionais conhecimentos disciplinares, congelados, estabelecidos em disciplinas fechadas, estanques. O conhecimento que se exige hoje do profissional é um conhecimento interdisciplinar, que integre áreas de conhecimentos, ciências, novas pesquisas, diferentes perspectivas para entender melhor as realidades e os fenômenos com os quais nos encontramos dia a dia. Todo fenômeno humano é por si interdisciplinar e não se resolve, não se encaminha apenas com respostas de uma disciplina ou de disciplinas justapostas. Adquirir informações e construir conhecimento de forma interdisciplinar é uma exigência."

No contexto desses desafios que se apresentam para o ensino superior analise as afirmativas abaixo e identifique a afirmativa na qual o elemento fundamental para que o ensino superior ocorra de maneira adequada é melhor definido.

- (A) É necessário que o professor, no ensino superior, seja formado para a construção de um perfil pedagógico, em que se coloque entre o aluno e a aprendizagem deste, trazendo constantemente as informações mais relevantes para a formação profissional do aluno, e informando quais os autores e conceitos atualizados em suas áreas disciplinares.
- (B) O aluno que chega ao ensino superior já está apto a assistir às aulas, ouvir as explicações do professor sobre os conteúdos, fazer provas, tirar notas e buscar sua aprovação. Esta atitude disciplinada fará com que ele chegue à formação que se espera que ele atinja ao final do curso.
- (C) A ação docente no ensino superior deve entremear momentos em que o professor irá fazer explicações, com momentos em que o aluno vai buscar a informação, trazê-la para a sala de aula e discuti-la com a mediação do professor. Em outros momentos, o aluno resolve problemas, participa de uma visita técnica, de um estágio, observa, entrevista, fotografa, traz o material para sala de aula e, com o professor, reflete sobre essa realidade à luz das teorias.
- (D) O papel fundamental da universidade é a formação de profissionais com conhecimentos disciplinares sólidos e que alcancem o máximo possível de especialidade e especificidade, de forma a que estes possam exercer suas profissões com rigorosa competência técnica.
- (E) A revolução decorrente do desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, permite que o aluno tenha acesso às mais variadas informações científicas, sendo muito importante que o professor controle, nos trabalhos desenvolvidos pelos estudantes,

se estes estão reproduzindo fontes academicamente valorizadas e reconhecidas.

50

Araci Luz, (1997) assim se refere à questão da avaliação:

"A avaliação da aprendizagem em todos os níveis de ensino e, em especial no ensino superior, tem se caracterizado como um dos processos pedagógicos mais complexos e de extrema relevância. Visto inicialmente como um mecanismo de verificação das competências desenvolvidas pelo estudante durante e ao final do processo de ensino-aprendizagem, hoje, mais do que nunca, é desvelador da competência do professor (ensino) e da adequação e compromisso da proposta (planejamento de ensino) ao projeto pedagógico do aluno (aprendizagem)."

Sobre a avaliação no ensino superior é correto afirmar:

- (A) Avaliar é ser capaz de acompanhar o processo de aquisição de conhecimento dos estudantes para ajudar a superar obstáculos. É diferente do "ensinar" e cobrar o produto final.
- (B) A avaliação de conteúdos aplicada ao aluno deve, como pressuposto ético fundamental, pautar-se pela lógica de oferecer a todos os estudantes um julgamento justo quanto ao desempenho de cada um, de forma a incentivar que todos dediquem-se ao máximo para a obtenção de resultados qualificados.
- (C) A aprendizagem no ensino superior depende exclusivamente do estudante e o avaliador deve ter atenção ao desempenho deste, de forma a verificar se o que o estudante tem como aprendizado presente é suficiente para a futura atuação profissional deste.
- (D) No processo da avaliação da aprendizagem deve-se verificar o que ocorre no presente, como resultado de um percurso de aprendizagens. Deve-se considerar que, para o estudante adulto, mediante as orientações dos docentes, o estudante teve oportunidade de aprender; se esta aprendizagem não ocorreu, a responsabilidade é dele.
- (E) Os processos avaliativos formais são sempre geradores de desestabilização, na medida em que criam fissuras em imagens idealizadas dos estudantes e dos professores e, por esta razão, devem ser evitados.

51

Severino (2009) ao tratar da expansão do ensino superior no Brasil e da articulação entre a pesquisa, o ensino e a extensão, na caracterização de instituições universitárias, reflete sobre elementos diversos relativos ao ensino superior brasileiro, entendendo-a fundamentalmente como instância responsável pela formação humana, concebendo a educação como "mola propulsora do processo civilizatório". Partindo dessa premissa, é incorreto afirmar que:

- (A) O eixo fundamental do ensino universitário é a formação profissional que exige que se tome como prioridade no trabalho com o conhecimento, a lógica da instrução articulada ao estágio em espaços profissionais, afinado com as necessidades do mercado.
- (B) A habilidade em lidar com o conhecimento como ferramenta de intervenção no mundo natural e no mundo social é pré-requisito imprescindível para

qualquer profissão, em qualquer área de atuação dos sujeitos humanos, mas também para a condução da existência humanizada. Assim, todos os currículos universitários precisam contar também com componentes de natureza filosófica, capazes de assegurar o esclarecimento crítico acerca das relações entre o epistêmico e o social.

- (C) Cabe à universidade como instituição, como lugar específico do ensino superior, dedicar-se à formação do cidadão autêntico, pois sua finalidade intrínseca é realizar a formação da consciência social que é a única sustentação de um projeto político equitativo, justo e emancipador.
- (D) Na Universidade, ensino, pesquisa e extensão se articulam, mas a partir da pesquisa, ou seja, só se aprende, só se ensina, pesquisando, construindo conhecimento; só se presta serviços à comunidade, se tais serviços nascerem e se nutrirem da pesquisa.
- (E) Uma universidade que seja comprometida com a produção do conhecimento através da prática da pesquisa, poderá desenvolver, com êxito, sua tarefa pedagógica de ensino e sua tarefa social de extensão, tornando-se centro energético de transformação da sociedade, contribuindo para a construção da democracia e da cidadania, mediante a consolidação de uma nova consciência social.

52

Com relação aos processos de avaliação da educação superior, esta apresenta especificidades em seus processos e registros, amplamente estabelecidos em nosso ordenamento legal e normativo. Sobre estes, é correto afirmar que:

- (A) Os processos de avaliação de instituições públicas ou privadas será diferenciado, considerando que como o Poder Executivo é responsável pela avaliação das instituições, mas também por sua manutenção, este dará tratamento específico às instituições públicas no processo avaliativo, considerando as condições objetivas que foram oferecidas pelo mantenedor.
- (B) O Sistema de avaliação do ensino superior, no interior das instituições que é realizado na forma de autoavaliação institucional ou avaliação interna é uma medida a ser superada considerando que não contribui para a qualidade das instituições em função da fragilidade e da pouca participação da comunidade educativa.
- (C) A avaliação institucional interna ou autoavaliação é um modelo pronto, realizado por agentes externos, que se direcionarão à universidade para a realização das reuniões em que se analisarão os resultados. Estes avaliadores especialmente selecionados e capacitados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira - INEP realizarão os encontros, debates e reflexões sobre o que fazer, como agir e como acompanhar a ação.
- (D) A regulação, aplicada aos sistemas educativos caracteriza-se como uma intervenção externa que ao estabelecer as regras que orientam o funcionamento do sistema e o (re) ajustamento das várias ações e sentidos e onde ocorrem diferentes lógicas de ação ocasiona o

desequilíbrio e a padronização das instituições, inviabilizando a instalação de processos de inovação.

- (E) Os cursos e instituições avaliados como apresentando fragilidades e deficiências, receberão um prazo para saneamento das deficiências identificadas pela avaliação e se, em processo de reavaliação, não tiverem superado os fatores negativos de sua estruturação poderão sofrer a desativação de cursos e habilitações, ou sofrerem intervenção na instituição, suspensão de prerrogativas de autonomia ou descredenciamento.

53

Em relação ao Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, analise as seguintes afirmativas:

- I. O Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE, apresenta a educação com base em princípios gerencialistas e fiscalistas observando a importância do controle dos gastos em educação considerando o contexto de restrição fiscal em que nos encontramos, que exige extremo cuidado com o equilíbrio financeiro e buscando estabelecer meios de otimização no uso desses recursos.
- II. O PDE procura observar uma visão sistêmica da educação, observada como processo de socialização e individualização voltado para a autonomia, não pode ser artificialmente segmentada, de acordo com a conveniência administrativa ou fiscal. Ao contrário, tem de ser tratada com unidade, da creche à pós-graduação, ampliando o horizonte educacional de todos e de cada um, independentemente do estágio em que se encontre no ciclo educacional.
- III. A formação inicial e continuada do professor exige que o parque de universidades públicas se volte para a educação básica. Assim, a melhoria da qualidade da educação básica depende da formação de seus professores, o que decorre diretamente das oportunidades oferecidas aos docentes. O aprimoramento do nível superior, por sua vez, está associado à capacidade de receber egressos do nível básico mais bem preparados, fechando um ciclo de dependência mútua, evidente e positiva entre níveis educacionais.
- IV. O PDE apresenta a defasagem existente entre os financiamentos da educação básica e da educação superior e, observando a necessidade de que tenhamos a ampliação da qualidade da educação básica determina que todos os investimentos públicos sejam direcionados em caráter prioritário para as escolas de educação básica, oportunizando assim que, em médio prazo, os estudantes que cheguem ao ensino superior venham com maior qualidade de formação estando, portanto, mais aptos a contribuir para o desenvolvimento da nação.

Das alternativas abaixo, a que expressa opções corretas é:

- (A) I e IV.
- (B) II, III e IV.
- (C) II e III.
- (D) III e IV.
- (E) I e III.

54

"Tem contribuído para o retorno do planejamento no cenário acadêmico a atuação do governo federal na coordenação da Política Nacional de Educação. A forma como o Ministério da Educação tem assumido a função normativa, redistributiva e supletiva, tal como definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n. 9394/1996), por meio dos Planos de Desenvolvimento da Educação e dos Planos de Ações Articuladas – PAR –, tem proporcionado uma perspectiva de planejamento fundamentada na resolução de problemas e compromissada com a execução de projetos na área da educação. Esses aspectos têm sido abordados por diversos autores na área, preocupados com as relações de cooperação entre os entes federativos, os pactos estabelecidos entre diferentes níveis da administração pública e a capacidade institucional de Estados e municípios para formular suas políticas e angariar recursos financeiros do governo federal." (FERNANDES e GENTILINI, 2014)

Na perspectiva posta por Padilha (1998) o tipo de planejamento que acima está sendo descrito é:

- (A) Planejamento Escolar.
- (B) Planejamento Educacional.
- (C) Planejamento de Ensino.
- (D) Planejamento Curricular.
- (E) Planejamento Participativo.

55

No tocante aos processos de gestão na educação superior, é INCORRETO afirmar que:

- (A) O trabalho docente na Educação Superior se depara com várias tensões, dentre as quais o fato de existir uma diversidade de demandas exigidas no setor público dos professores que deverão atuar como gestores, coordenadores e chefias, o que acarreta a intensificação do trabalho docente.
- (B) A legislação determina que as instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional e os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão.
- (C) Um dos elementos em torno dos quais se articula a gestão na Educação Superior é o Colegiado de Curso que é a instância de tomada de decisões acadêmicas, constituída por representação dos discentes e docentes.
- (D) A gestão colegiada deve pautar-se no direcionamento já estabelecido nos documentos institucionais como o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), e respeitar o alinhamento das estratégias e políticas organizacionais da área acadêmico-administrativa da instituição de ensino, com a comunidade interna e a sociedade em geral.
- (E) A gestão dos processos docentes e administrativos na Educação Superior é feita por profissionais com formação específica para atuação nas diferentes áreas, de forma a assegurar que a gestão tenha um nível de

excelência compatível com o almejado para uma instituição universitária e que os professores possam exercer sua dedicação exclusiva ao ensino, pesquisa e extensão.

56

De acordo com a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) no seu Art. 16 o sistema federal de ensino compreende:

- I. as instituições de ensino mantidas pela União;
- II. as instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada;
- III. os órgãos federais de educação.

Assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Somente as proposições II e III estão corretas.
- (B) Somente as proposições I e II estão corretas.
- (C) Somente a proposição I está correta.
- (D) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- (E) Somente a proposição III está correta.

57

A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas segundo o art. 44 da Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional):

- I. cursos profissionais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino, desde que tenham concluído o ensino médio ou equivalente;
- II. de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;
- III. de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino;
- IV. de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.

Assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Somente as proposições I, II, III e IV estão corretas.
- (B) Somente as proposições I e II estão corretas.
- (C) Somente a proposição II e III estão corretas.
- (D) Somente a proposição II e IV estão corretas.
- (E) Somente as proposições, II, III e IV estão corretas.

58

Análise as assertivas abaixo e coloque V para Verdadeira e F para Falsa no que diz respeito as instituições de educação superior:

() obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional;

() quando da ocorrência de vagas, abrirão matrícula nas disciplinas de seus cursos a alunos não regulares que demonstrarem capacidade de cursá-las com proveito, mediante processo seletivo prévio;

() são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão, e de domínio e cultivo do saber humano;

() criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos nesta Lei nº 9.393/96, obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino.

() ao deliberar sobre critérios e normas de seleção e admissão de estudantes, levarão em conta os efeitos desses critérios sobre a orientação do ensino médio, articulando-se com os órgãos normativos dos sistemas de ensino.

A sequência CORRETA é:

- (A) F; V; F; V; F.
- (B) V; V; V; V; V.
- (C) V; F; V; F; V.
- (D) V; V; V; F; V.
- (E) F; V; V; F; F.

59

Segundo a Lei 9.394/96 é incumbência da União na questão da organização da Educação Nacional, EXCETO:

- (A) elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
- (B) prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva;
- (C) estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, diretrizes e procedimentos para identificação, cadastramento e atendimento, na educação básica e na educação superior, de alunos com altas habilidades ou superdotação;
- (D) autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior públicas e os estabelecimentos do seu sistema de ensino;
- (E) coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação.

60

Sobre a avaliação dos cursos de graduação instituída pela Lei nº 10861/2004, todas as afirmativas são verdadeiras, EXCETO:

- (A) tem por objetivo identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica;
- (B) utilizará procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais obrigatoriamente as visitas por comissões de especialistas das respectivas áreas do conhecimento;

- (C) resultará na atribuição de conceitos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas;
- (D) resultará na atribuição de conceitos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas.
- (E) a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES, órgão deliberativo de coordenação e supervisão do SINAES;

61

O SINAES, ao promover a avaliação de instituições, de cursos e de desempenho dos estudantes, deverá assegurar:

- I. avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos;
- II. o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos;
- III. o respeito à identidade e à diversidade de instituições e de cursos;
- IV. a participação do corpo discente e docente das instituições de educação superior, e da sociedade civil, por meio de suas representações.

Assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Somente as proposições I, II, III e IV estão corretas.
- (B) Somente as proposições I e II estão corretas.
- (C) Somente a proposição II e III estão corretas.
- (D) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- (E) Somente a proposição III e IV estão corretas.

62

O responsável pela regulamentação dos procedimentos de avaliação dos SINAES é o:

- (A) Diretor do INEP.
- (B) Secretário de Educação Superior do MEC.
- (C) Ministro de Estado da Educação.
- (D) Diretor da CAPES.
- (E) Coordenação-Geral do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica.

63

A execução do Plano Nacional de Educação (PNE Lei nº 13.005/2014) e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizados pelas seguintes instâncias:

- (A) Ministério da Educação - MEC; Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal; Conselho Nacional de Educação – CNE e Fórum Nacional de Educação.
- (B) Ministério da Educação - MEC; Conselho Nacional de Educação – CNE e Fórum Nacional de Educação.
- (C) Ministério da Educação – MEC e Conselho Nacional de Educação – CNE.
- (D) Conselho Nacional de Educação – CNE; Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e Comissão de

Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal e Fórum Nacional de Educação.

- (E) Ministério da Educação - MEC; Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal e Conselho Nacional de Educação – CNE.

64

Sobre as metas do Plano Nacional de Educação (PNE Lei nº 13.005/2014):

- I. universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 6 (seis) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.
- II. universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.
- III. universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 14 (quatorze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).
- IV. alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

Assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- (B) Somente as proposições I, II, III e IV estão corretas.
- (C) Somente as proposições I e II estão corretas.
- (D) Somente a proposição II e III estão corretas.
- (E) Somente a proposição III e IV estão corretas.

65

As assertivas sobre o Plano Nacional de Educação (PNE Lei nº 13.005/2014) estão corretas, EXCETO:

- (A) Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de 1 (um) ano contado da publicação desta Lei.
- (B) Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PNE, o Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Nacional de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá os resultados, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.
- (C) Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão aprovar leis específicas para os seus sistemas de ensino, disciplinando a gestão democrática da educação pública nos respectivos âmbitos de atuação, no prazo de 2 (dois) anos contado da publicação desta Lei, adequando, quando for o caso, a legislação local já adotada com essa finalidade.

- (D) O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PNE e com os respectivos planos de educação, a fim de viabilizar sua plena execução.
- (E) O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

66

A avaliação prevista nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) é compreendida como:

- (A) instrumento que possibilita ao professor tomar consciência dos avanços, dificuldades dos alunos, ação que possibilita verificar que processo de ensino e aprendizagem em momentos específicos caracterizados como fechamento de grandes etapas de trabalho.
- (B) tarefa do professor que pode ser realizar por meio de: análise das produções dos alunos e atividades específicas
- (C) como um conjunto de ações que tem a função de classificar, sustentar e orientar as políticas de intervenção no processo de ensino aprendizagem dos sistemas de ensino.
- (D) oportunidades oferecidas aos professores para analisarem e adequarem as situações didáticas propostas no processo de ensino aprendizagem dos alunos.
- (E) elemento integrador entre a aprendizagem e o ensino; conjunto de ações cujo objetivo é o ajuste e a orientação da intervenção pedagógica para que o aluno aprenda da melhor forma; conjunto de ações que busca obter informações sobre o que foi aprendido e como; elemento de reflexão contínua para o professor sobre sua prática educativa.

67

Sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais é CORRETO afirmar:

- (A) por sua natureza aberta, configuram uma proposta flexível, a ser concretizada nas decisões nacionais, regionais e locais sobre currículos e programas de transformação da realidade educacional empreendidos pelas autoridades governamentais, pelas escolas, pelos professores e pela comunidade.
- (B) podem funcionar como elemento catalisador de ações na busca de uma melhoria da qualidade da educação brasileira, de modo algum pretendem resolver todos os problemas que afetam o processo de ensino e da aprendizagem no País.
- (C) constituem um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o País. Sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações.

- (D) apontam questões de tratamento didático por área e por ano, procurando garantir coerência entre os pressupostos teóricos, os objetivos e os conteúdos, mediante sua operacionalização em orientações didáticas e critérios de avaliação. Em outras palavras, apontam o que e como se pode trabalhar, desde as séries iniciais, para que se alcancem os objetivos pretendidos
- (E) Os objetivos propostos nos Parâmetros Curriculares Nacionais concretizam as intenções educativas em termos de capacidades que devem ser desenvolvidas pelos alunos ao longo da escolaridade e se definem em termos de capacidades de ordem cognitiva, de relação interpessoal e inserção social e ética tendo em vista uma formação ampla.

68

O PDE está sustentado nos seguintes pilares:

- (A) visão sistêmica da educação; territorialidade; desenvolvimento; regime de colaboração; responsabilização e mobilização social.
- (B) visão sistêmica da educação; territorialidade; desenvolvimento; regime de colaboração e responsabilização.
- (C) visão sistêmica da educação; territorialidade; regime de colaboração; responsabilização e mobilização social.
- (D) territorialidade; desenvolvimento; regime de colaboração; responsabilização e mobilização social.
- (E) visão sistêmica da educação; desenvolvimento; regime de colaboração; responsabilização e mobilização social.

69

As inovações incorporadas ao FUNDEB de acordo com PDE

- (A) a creche conveniada foi contemplada para efeito de repartição dos recursos do Fundo e a atenção à educação infantil é complementada pelo ProInfância, programa que financia a expansão da rede física de atendimento da educação infantil pública.
- (B) a diferenciação dos coeficientes de remuneração das matrículas é por etapa e modalidade da educação e por extensão do turno; a escola de tempo integral recebe 25% a mais por aluno matriculado; a Educação Infantil foi contemplada para efeito de repartição dos recursos do Fundo e complementada pelo ProInfância, programa que financia a expansão da rede física de atendimento da educação infantil pública
- (C) a diferenciação dos coeficientes de remuneração das matrículas não se dá apenas por etapa e modalidade da educação básica, mas também pela extensão do turno; a escola de meio período recebe 35% por aluno matriculado; a creche conveniada foi contemplada para efeito de repartição dos recursos do Fundo e a atenção à educação infantil é complementada pelo ProInfância, programa que financia a expansão da rede física de atendimento da educação infantil pública.
- (D) a diferenciação dos coeficientes de remuneração das matrículas não se dá apenas por etapa e modalidade da educação básica, mas também pela extensão do turno; a escola de tempo integral recebe 25% a mais por aluno matriculado; a creche conveniada foi contemplada para efeito de repartição dos recursos do Fundo e a atenção à

educação infantil é complementada pelo ProInfância, programa que financia a expansão da rede física de atendimento da educação infantil pública.

- (E) a diferenciação dos coeficientes de remuneração das matrículas não se dá apenas por etapa e modalidade da educação básica, mas também pela extensão do turno; a escola de tempo integral recebe 50% a mais por aluno matriculado; a creche conveniada foi contemplada para efeito de repartição dos recursos do Fundo e a atenção à educação infantil é complementada pelo ProInfância, programa que financia a expansão da rede física de atendimento da educação infantil pública.

70

Segundo Vasconcellos (2000), do ponto de vista educacional, o planejamento é um ato político-pedagógico porque revela intenções. "Segundo ele planejar é elaborar o plano de intervenção na realidade, aliando às exigências de intencionalidade de colocação em ação, é um processo mental, de reflexão, de decisão, por sua vez, não uma reflexão qualquer, mas grávida de intenções na realidade" (VASCONCELLOS, 2000, p.43). O planejamento na escola apresentar-se em tipos e níveis que são essenciais para a educação, dentre eles:

- (A) Planejamento Estratégico; Planejamento Curricular e Planejamento de Ensino.
- (B) Planejamento Curricular, Planejamento Tático e Planejamento de Ensino.
- (C) Planejamento Educacional; Planejamento Escolar ou Planejamento da Escola; Planejamento Curricular e Planejamento de Ensino.
- (D) Planejamento Educacional; Planejamento Escolar ou Planejamento da Escola; Planejamento aula e Planejamento Permanente.
- (E) Planejamento Escolar, Planejamento de Ensino e Planejamento Permanente.

RASCUNHO